



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE PEDAGOGIA

MARYELLE RAIANE PEREIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DO EDUCADOR NO DESENVOLVIMENTO MORAL DA  
CRIANÇA: O TRABALHO COM REGRAS EM SALA DE AULA**

MARINGÁ

2013

MARYELLE RAIANE PEREIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DO EDUCADOR NO DESENVOLVIMENTO MORAL DA  
CRIANÇA: O TRABALHO COM REGRAS EM SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –  
apresentado ao curso de Pedagogia como  
requisito parcial para cumprimento das  
atividades exigidas na disciplina do TCC.  
Orientação: Profa Dra Solange Franci  
Raimundo Yaegashi  
Co-Orientação: Profa Dra Luciana Maria  
Caetano

MARINGÁ

2013

MARYELLE RAIANE PEREIRA

A CONTRIBUIÇÃO DO EDUCADOR NO DESENVOLVIMENTO MORAL DA  
CRIANÇA: O TRABALHO COM REGRAS EM SALA DE AULA

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga, sob a orientação da Professora Doutora Solange Franci Raimundo Yaegashi.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Solange Franci Raimundo Yaegashi**

(Universidade Estadual de Maringá)

---

**Prof<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup> Luciana Grandini Cabreira**

(Universidade Estadual de Maringá)

---

**Prof Ms Gilmar Alves Montagnoli**

(Universidade Estadual de Maringá)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a todos da minha vida, do meu coração, este momento e os muitos que ainda virão. Ninguém vive sozinho, ninguém é feliz sozinho, ninguém sabe o que é o amor sozinho. Por isso, quero sempre professores como os que tive e tenho, amigos que dividem a vida comigo e permitem que eu divida a minha com eles, minhas irmãs e meus pais ao meu lado, para sempre poder dedicar e doar a minha vida a vocês, só assim saberei o que é a felicidade, só assim poderei viver o amor.

## AGRADECIMENTOS

Precisei pensar muito no que escrever nestas folhas que reservei para dedicar este trabalho. Precisei refletir quem seriam as pessoas aqui citadas e os momentos aqui lembrados. Pensei muito e ao pensar, percebi que não poderia colocar somente o nome das pessoas que me ajudaram e contribuíram para a minha formação; não seria capaz de mostrar para você, que lê, o que essas pessoas foram; percebi que ao enumerar os momentos mais intensos que contribuíram na minha formação de pedagoga também não seria capaz de mostrar o que me fizeram sentir. Então, decidi explicar o que as pessoas foram e o que eu senti de melhor e pior nessa caminhada.

Conheci professores maravilhosos; alguns, que contribuíram de modo amplo e outros nem tanto, mas o que importa é que os tive em minha formação. Existem professores que estão de braços abertos para te receberem, outros não abrem tanto os braços, mas estão dispostos a te guiar pelo caminho do conhecimento. Alguns professores são duros com você, exigem mais do que você pensa ser capaz de fazer, cobram a perfeição e parecem nunca se satisfazer com seu esforço, mas esses professores não desejam o seu mal, eles querem que você seja o melhor e sabem que você pode dar o seu melhor, sabem que você é capaz de buscar o conhecimento e ampliar seus saberes sem receber tudo pronto, sabem que você é capaz de construir o seu caminho.

Aos professores que me receberam e aos que me cobraram eu agradeço, pois todos de uma forma ou de outra me ensinaram a ser professor, mostraram que alguns momentos exigem a perfeição, e ser professor é buscar a perfeição todos os dias.

Não posso lembrar apenas de meus professores de um modo geral, é preciso lembrar daqueles que se sentaram ao meu lado e me orientaram de perto, que foram capazes de esclarecer as dúvidas mais duvidosas e confusas. Agradeço, portanto, àqueles que me auxiliaram e me guiaram pela mão no caminho do conhecimento, me ensinando a necessidade do conhecimento científico.

Quero agradecer aos colegas de turma, foram quatro anos de convivência diária. Só nós sabemos o quão difícil foram as provas que fizemos, os trabalhos e os estágios que cumprimos. Não consigo imaginar esse caminho sem vocês nele...

Obviamente, não poderia deixar de agradecer aos amigos do coração, amigos que aguentaram minhas reclamações e o alto nível de estresse. Amigos são peças-chave em nossa vida, eles são sempre perfeitos, sempre compreensíveis e companheiros. Alguns dizem que

quem tem um amigo tem um pedaço do paraíso; concordo plenamente, porque se não fossem meus amigos, com quem teria dividido todas as minhas agonias e alegrias?

Aos meus amigos, agradeço por estarem sempre presentes e deixarem tudo mais leve. Agradeço por me apoiarem e me ajudarem a permanecer em minhas escolhas. A cuidarem do que é meu como se fossem eu.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha família, que em meio a alguns tropeços, alegrias e tristezas não deixaram que eu me perdesse, não permitiram em momento algum que eu abandonasse qualquer sonho por uma loucura momentânea. Muito obrigada às minhas irmãs, que são sempre a alegria dos meus dias, e aos meus pais, exemplo e amor para mim.

*"Que os beijos nos tragam a calma,  
que o afeto nos cure a alma,  
que o carinho permaneça,  
que a gentileza prevaleça  
que as coisas boas se multipliquem".*

*Camila Heloise*

# A CONTRIBUIÇÃO DO EDUCADOR NO DESENVOLVIMENTO MORAL DA CRIANÇA: O TRABALHO COM REGRAS EM SALA DE AULA

Maryelle Raiane Pereira<sup>1</sup>  
Solange Franci Raimundo Yaegashi<sup>2</sup>  
Luciana Maria Caetano<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente estudo teve como principal objetivo investigar o que sabem os educadores de Educação Infantil a respeito do trabalho com regras em sala de aula e o desenvolvimento moral das crianças. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a teoria do Juízo Moral da Criança de Jean Piaget (1996), e posteriormente, uma pesquisa de campo de campo com professores da Educação Infantil. Verificou-se que as educadoras observadas não tinham conhecimento sobre essa temática, mas contribuíam para o desenvolvimento da autonomia das crianças durante as atividades. Contudo, estas agiam de forma intuitiva pelo fato de não conhecerem a teoria piagetiana. Chegou-se à conclusão que existe uma necessidade de os educadores e profissionais da educação conhecerem e apropriarem-se da teoria sobre o desenvolvimento moral e do trabalho com regras em sala de aula para que assim possam atingir seu objetivo máximo da educação, que segundo Piaget, é formar pessoas autônomas intelectual e moralmente.

**Palavras-chave:** desenvolvimento moral, regras, trabalho docente.

**Abstract:** Current research investigates what educators in Children's Education know with regard to norms in the classroom and the moral development of children. A bibliographical research on Piaget's theory on the child's moral judgment (1996) was undertaken coupled to a field research with Children's Education teachers. Educators were unaware of the theme even though they contributed towards the development of children's autonomy during activities. In fact, they acted on intuition since they did not know Piaget's theory. Results showed the need to know and assimilate the theory on moral development and norms in the classroom by educators and education professionals. They will thus attain to the most sublime aim in education which, according to Piaget, is the formation of intellectually and morally autonomous people.

**Keywords:** moral development; rules; teachers' role.

## 1 Introdução

Uma das questões mais preocupantes para pais e professores é a questão da obediência, da falta de limites das crianças, enfim, da dificuldade de educar moralmente os filhos e alunos.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da UEM.

<sup>2</sup> Psicóloga e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Departamento de Teoria e Prática da UEM, Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>3</sup> Pedagoga e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Instituto de Psicologia da USP, Co-Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.



Segundo os estudos de Piaget (1996) sobre o desenvolvimento da moralidade na criança, a participação dos adultos é imprescindível para que os alunos tenham a oportunidade de se tornarem adultos autônomos, ou seja, desenvolverem-se moralmente, de modo a tornarem-se pessoas capazes de agir bem em relação a si mesmos e aos outros, considerando que

[...] são as relações que se constituem entre a criança e o adulto e entre ela e seus semelhantes que a levarão a tomar consciência do dever e a colocar acima de seu eu essa realidade normativa na qual a moral consiste. Não há, portanto, moral sem sua educação moral, “educação” no sentido amplo do termo, que se sobrepõe à constituição inata do indivíduo (PIAGET, 1996, p.3).

Portanto, para que uma criança possa se desenvolver moralmente é necessário que vivencie um processo educativo consciente por parte dos seus professores, ou seja, o educador precisa saber que a criança pequena não sabe nada sobre o certo ou o errado. Cabe então ao professor providenciar, na sala de aula, espaço para que as crianças participem da elaboração de regras de boa convivência, para que compreendam o porquê dessas regras, isto é, para que elas servem, e principalmente, que as crianças possam, através da ajuda desse adulto, aprender a viver junto com os outros de modo harmônico.

O que constatamos ao realizarmos estágios é que os professores parecem desconhecer a importância da sua participação nesse aspecto do desenvolvimento e formação da criança: a educação moral. Ainda que tenhamos a Ética como um dos temas transversais dos Referenciais Curriculares Nacionais (texto esse fundamentado na Teoria do Juízo Moral da Criança de Jean Piaget), a hipótese que temos é de que os professores têm dificuldades para definir seus objetivos, pensar intervenções adequadas e realizar um trabalho com regras na Educação Infantil de modo a favorecer a formação ética dos seus alunos.

Nesse sentido, neste trabalho tivemos como principal objetivo investigar o que sabem os educadores de Educação Infantil a respeito do trabalho com regras em sala de aula e o desenvolvimento moral das crianças. Para isso, como objetivo específico procuramos analisar o tipo de ambiente sociomoral construído pelos educadores.

Para atingir os objetivos acima apresentados, buscamos estudar e compreender a teoria piagetiana sobre o desenvolvimento moral da criança. Buscamos, ainda, a contribuição de autores piagetianos como La Taille, DeVries, Zan, Caetano, Menin, entre outros, a fim de construir uma base teórica para esta pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica, realizamos ainda uma pesquisa de campo com docentes da Educação Infantil. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos uma ficha de observação cuja finalidade era caracterizar o ambiente sociomoral. É importante ressaltar que tal instrumento é uma adaptação do roteiro de observação de Lukjanenko (1995), o qual propõe uma atribuição de pontos que permitem pensar o espaço escolar como um ambiente cooperativo, coercitivo ou propenso à cooperação.

Esperamos com este estudo proporcionar uma reflexão a respeito do trabalho com regras em sala de aula a fim de contribuir para o desenvolvimento moral da criança, pois para Piaget (1996), precisamos levar a criança a desenvolver a autonomia moral por meio de um trabalho efetivo e consciente com as regras na sala de aula. As regras não devem ser impostas pelos professores a fim de apenas disciplinar os pequeninos, mas conforme o trabalho com regras for realizado, há uma chance de contribuir bastante com a construção da consciência moral autônoma das crianças.

Aos educadores fica designada a função de garantir os princípios de uma convivência saudável das crianças consigo, com as outras crianças e com os adultos com os quais convivem. Mas o que sabem os professores sobre isso? Parece que as lições de moral, as ameaças e os castigos tão vastamente utilizados pelos docentes não são suficientes para a tomada de consciência por parte das crianças das regras que devem seguir.

Além disso, é necessário compreender que, muitas vezes, acabamos “manuseando” as crianças, impedindo que estas tornem-se capazes de encontrar a solução para eventuais problemas nos quais estão envolvidas. As intervenções dos professores em sala de aula, especialmente com o trabalho com as regras de convivência, podem favorecer ou não o desenvolvimento moral dos alunos. Por isso, a necessidade de investigarmos o conhecimento dos docentes sobre esse processo tão importante da educação moral.

A fim de proporcionar uma leitura compreensível e agradável ao leitor, organizamos este trabalho em quatro partes. Na primeira, enfocamos o desenvolvimento moral da obra de Piaget. Na segunda, abordamos a importância das regras no contexto escolar. Na terceira, discorremos sobre a metodologia e, por fim, apresentamos a análise dos resultados.

## **2 O Desenvolvimento Moral na Obra de Piaget**

Jean Piaget estudou a construção da moralidade infantil no livro publicado inicialmente em 1932, intitulado “O juízo moral da criança”. Para a melhor compreensão do tema abordado, Piaget estudou a vivência e a compreensão das regras por parte das crianças.

Através da utilização de dilemas hipotéticos contados às crianças, o autor apresentou um estudo original e ousado que ainda hoje é fundamento para pesquisas na área da psicologia e educação moral.

Em seu estudo, Piaget (1996) expõe as fases do desenvolvimento moral: anomia, heteronomia e autonomia, pontuando que as crianças devem passar por essas fases de modo a tornarem-se seres autônomos, seres com propriedade para decidirem e optarem pelo certo ou errado.

Piaget (1996) foi o primeiro a afirmar a existência de uma sequência possível de desenvolvimento moral nas crianças. Em sua teoria, é necessário entender que a criança não tem discernimento do que é certo ou errado nos primeiros anos de vida. Logo, a primeira fase do desenvolvimento moral é chamada pelo autor de *anomia*, ou seja, ausência de conhecimento sobre regras.

Nesse sentido, a *anomia* é explicada pelo fato de que todos nascem sem distinguir o que é certo ou errado; a criança pequena não tem conhecimento dos princípios morais e permanece assim até os dois ou três anos de idade. Nessa fase, ela conhece o mundo por meio de suas ações, percepções e sensações.

Quando, por volta dos 3 a 4 anos, a criança é tomada por uma soma da admiração e afeto que sente pelos mais velhos com os quais convive, pais e professores, que juntamente com as broncas, os castigos e as repreensões levam-na a sentir-se na obrigação de obedecê-los. “O começo de tudo acontece no sentimento de obrigação que a criança desenvolve em relação aos mais velhos” (CAETANO, 2011, p.40), resultante da soma de afeto e temor pelos adultos.

Quando constrói a linguagem e começa a vivenciar os primeiros tolhimentos de seus pais, escutando as primeiras broncas, regras, ela passa para à fase da heteronomia, que

[...] significa ser governado por outros, fora de nós; [...] Por outro lado, quando decidimos seguir certas regras, normas e leis por vontade própria, independente das consequências externas imediatas, estaremos sendo autônomos (MENIN, 1996, p.40).

Essa fase, denominada por Piaget (1996) *heteronomia*, apresenta a fase na qual se é governado pelos outros. Trata-se da gênese da moral na criança, ou seja, o momento em que a partir da convivência com os mais velhos, a criança é introduzida no mundo das regras, sendo, portanto, esses adultos com as quais ela convive responsáveis por serem para ela fonte de boas regras e modelos dessas regras.

É nesse momento, na heteronomia, que os adultos devem intervir de modo a contribuir, por meio do estabelecimento de regras, para que a criança construa uma moral autônoma. Porém, é preciso que o adulto tome cuidado para não fazer com que a criança obedeça a ele, mas sim às regras, afinal, quando a criança não cumpre as regras, ela está testando a sua validade; já no caso da obediência aos adultos, a criança estará testando sua autoridade.

Para apresentar essas considerações, o autor realizou um estudo sobre a conduta das crianças diante dos jogos com regras. As regras de um jogo podem nos mostrar claramente o comportamento dos pequenos em relação à compreensão, aplicação e prática das regras. Os estágios descritos por Piaget (1996) são os seguintes: simples práticas regulares e individuais; imitação dos maiores com egocentrismo; cooperação; interesse pela regra em si mesma. Esses são estágios perceptíveis em crianças que se enquadram na faixa etária de 0 a 3 anos até crianças com 11 e 12 anos, seguindo respectivamente a ordem dos estágios (CAETANO, 2011).

De acordo a teoria piagetiana, podemos perceber que a criança vem a desenvolver a moral heterônoma e autônoma conforme seu comportamento diante das regras impostas e ou apresentadas pelos adultos, e há um comportamento mais imitativo para a primeira fase do desenvolvimento moral, isto é, a *heteronomia* e um comportamento racional e legislativo para a segunda fase da moral, que é a *autonomia*.

Na autonomia a obediência a uma regra se dá pela compreensão e concordância com sua realidade universal. Obedecemos porque concordamos que os motivos para a ação poderiam tornar-se “leis universais”: seriam um bem para todos... Na heteronomia, a obediência a uma regra se dá pelo medo à punição ou pelo interesse nas vantagens a serem obtidas pessoalmente (MENIN, 1996, p.41).

Caetano (2011, p.46) assinala que “O autônomo não é sinônimo de desobediente” . Faz-se necessário entendermos que a autonomia moral diz respeito a uma criança que obedecerá às regras com as quais concorda, regras que compreenderam como necessárias porque estão sustentadas por princípios como justiça e respeito.

Existem dois fatores que contribuem para o desenvolvimento dessa autonomia moral. Desde pequenos, estabelecemos o sentimento de respeito pelos adultos, respeito construído por meio das regras. Portanto, segundo os estudos piagetianos do desenvolvimento moral existem dois tipos de respeito: o unilateral e o mútuo.

Ambos os respeitos implicam nas duas últimas classificações de moral feitas anteriormente: heterônoma e autônoma, respectivamente. A moral heterônoma é evidenciada em crianças menores de cinco anos por idealizar as regras dos adultos com as quais convive. Já a moral autônoma é reconhecida em crianças mais velhas, quando estas passam a estabelecer regras por si próprias e as cumprem devido ao respeito mútuo.

O respeito unilateral é inevitável nas primeiras relações que a criança tem com o adulto, e a criança tende a obedecer por acreditar que as normas estabelecidas pelos adultos são intocáveis e imutáveis, ou seja, existe uma coação estabelecida nesse primeiro momento. Sendo assim, o sentido de coação posto aqui é aquele em que as crianças não participam da construção das regras e, muitas vezes, acabam por nem saber sua função, elas as seguem sem questioná-las, pois assim poderão ser premiados ou caso contrário, punidas.

Quando a coação é utilizada na relação entre adultos e crianças, corre-se o risco de formar uma personalidade sempre dependente desses modelos anteriores, incapaz de se autorregular, de fazer boas escolhas e de superar essa fase de *heteronomia*. “Assim é que crianças não só aprendem a “fazer o que devem”, mas se tornam iguais a quem lhes manda. Tornam-se caricaturas de pais, de professores, de chefes... reproduzindo por aí suas ordens, seus valores, seus julgamentos” (MENIN, 1996, p.51).

Devido a essa situação que o respeito unilateral traz ao desenvolvimento moral do indivíduo, se faz necessário que, conforme o amadurecimento desse indivíduo, esse respeito deixe de existir na relação entre criança e adulto dando lugar ao respeito mútuo, o qual pode ser definido como o sentimento regulador das relações de *cooperação*, ou seja, são estabelecidas trocas equilibradas entre crianças e adultos. É por meio dessa relação de cooperação que temos a *descentração*, que é a diminuição do egocentrismo, típico comportamento das crianças pequenas e que tenderá a se perpetuar na vida adulta caso essa criança não vivencie a experiência da cooperação e do respeito mútuo que poderão auxiliá-la a entrar em contato com pontos de vista diferentes dos seus.

Por conseguinte, o respeito unilateral é aquele sentimento desigual entre a criança e o adulto em que a criança se sente coagida devido ao medo e/ou afeto que sente por esse adulto. A relação que se estabelece entre o adulto e a criança é a relação de *coação*, sustentada pelo *respeito unilateral*, que leva a criança a obedecer ao adulto.

Já a outra maneira de respeito que pode e deve sustentar as relações entre os adultos e as crianças é o *respeito mútuo*, reconhecido pelo equilíbrio que estabelece na relação entre a criança e o adulto, uma vez que a criança deixa de ser coagida e passa à cooperação nessa relação, ajudando na construção de regras e tomadas de decisões.

Nesse contexto, é de suma importância a realização de um trabalho consciente de educação moral por parte dos adultos, para que em primeiro lugar as crianças entendam as regras e possam cumpri-las não somente por obediência e medo das punições dos adultos, mas também por acreditarem que existe um modo adequado de agir e conviver com os outros, que envolve respeito e se sustenta em relações justas.

Em uma pesquisa desenvolvida por Menin (1996), a autora buscou entender a consciência que as crianças têm diante das regras impostas a elas. A autora entrevistou crianças da Educação Infantil e do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental. Algumas questões muito simples envolvendo as regras tipicamente trabalhadas nas escolas foram apresentadas às crianças como, por exemplo: “pode-se sair do lugar?”, “pode-se falar ou conversar na sala de aula?”. As respostas dadas por essas crianças deixaram evidentes traços de uma consciência moral heterônoma. Porém, com crianças mais velhas (do terceiro ao quinto ano do Ensino Fundamental), a autora observou que essas condutas tendem a diminuir e parecem surgir consciências autônomas, mas não de modo geral. Nesse caso, percebemos que para as crianças pequenas o valor da regra é muito maior do que sua utilidade. Os resultados dessa pesquisa confirmam os pressupostos da teoria piagetiana.

Piaget procurou entender melhor o desenvolvimento moral das crianças por meio das regras de um jogo. Em seus estudos, o autor observou o comportamento que crianças de diferentes idades tinham durante uma partida do jogo de bolinhas de gude; além disso, constatou a presença ou não de regras, e nesse caso, a maneira como as crianças lidavam com elas.

Piaget (1996) não se portou apenas como um observador; ele participou do jogo para compreender como as crianças lidavam com as regras, e percebeu que existem duas partes nessa compreensão: a prática e a consciência das regras do jogo. Remetendo-se a esses estudos piagetianos, Menin (1996, p.43) pesquisou a evolução das regras nas crianças destacando a compreensão das práticas de regras em quatro estágios, conforme apresentamos a seguir:

1. Crianças bem pequenas jogam por diversão, sem compreender o motivo do jogo e sem existência de regras;
2. Crianças entre três e seis anos tentam imitar os adultos. Elas jogam sem regras também, entretanto quando lhes convém inventam uma regra qualquer, que pode deixar de existir conforme haja a necessidade segundo elas. Piaget chamou esse estágio de egocêntrico: cada criança joga por si, embora todos estejam imitando os mais velhos;

3. Crianças de sete a dez anos de idade costumam ter regras durante o jogo, entretanto ainda não as estabelecem corretamente antes do início da partida;
4. Crianças com mais de onze anos, estabelecem as regras antes do início da partida, de modo que procuram delimitar todos os aspectos, e caso haja necessidade de criar uma nova regra elas a criam e respeitam todas.

Em relação à consciência das regras, a autora delinea três estágios:

1. Não consciência das regras como algo obrigatório;
2. Regras vistas como sagradas, de origem externa ao grupo e imutáveis;
3. Regras vistas como combinações racionais que o grupo constrói para si em benefício de todos (MENIN, 1996, p.45).

Diante disso, observamos que primeiramente as crianças testam as regras para depois as compreenderem, com isso, justificamos o fato da conscientização das regras que ocorre por meio do convívio social favorável ou não a essa conscientização.

Na heteronomia, a criança avalia aquilo que é bom ou ruim por meio da obediência às regras, e estas devem ser cumpridas como são colocadas e as crianças não aprendem a pensar sobre a razão delas existirem, além disso, a criança avalia os atos em cima desse mesmo critério.

As crianças que se encontram na fase da autonomia entendem que as regras não são sagradas, podendo ser alteradas e modificadas conforme a necessidade; ademais, elas sabem que as regras se constituem no melhor meio de estabelecer um bom convívio social para elas e para seus companheiros.

Podemos entender, então, em consonância com Piaget (1996), a necessidade de educador proporcionar momentos e espaços favoráveis ao desenvolvimento da moral autônoma da criança. Nesse âmbito, o professor tem o papel de guiar as crianças para o entendimento do que é certo ou errado e ensiná-las a escolher as atitudes mais adequadas.

Na seção seguinte, discorreremos sobre como pode ser realizado o trabalho com regras dentro da sala de aula, como o professor pode conduzir as crianças para que elas tomem decisões e participem da criação de regras.

### **3 A Importância das Regras no Contexto Escolar**

Com o auxílio dos estudos de DeVries e Zan (1998) e Caetano (2011), estudosas dos conceitos apresentados por Piaget, nesta seção expomos ideias de como trabalhar com as

regras na sala de aula buscando construir um ambiente sociomoral que contribua na construção de indivíduos autônomos.

Quando trabalhamos com as crianças, é preciso contribuir para o desenvolvimento do respeito mútuo, e para isso devemos envolvê-las nas decisões e em todas as tarefas e rotinas da sala. Diante disso, construímos uma relação de cooperação, promovendo a autonomia dos alunos. Nesse trabalho com as crianças, usualmente a norma tende a vir de fora para dentro para depois ser internalizada; ou seja, primeiramente o professor deve intervir apresentando algumas regras e questionando aos alunos o que acham, chamando-os a fazer parte do processo de construção das regras; com o tempo, os alunos estarão criando regras para resolver seus próprios conflitos.

Nesse sentido, o professor deve ter claro que são necessários três aspectos fundamentais para manter o seu trabalho:

1. Promover o sentimento de necessidade de regras e de justiça;
2. Promover o sentimento de propriedade das regras, procedimentos e decisões da classe e;
3. Promover o sentimento de responsabilidade compartilhada pelo que ocorre na classe e pela forma como o grupo relaciona-se na sala de aula (DEVRIES; ZAN, 1998, p. 138).

Essa prática contribui para que a criança entenda a regra e a respeite, de modo que perceba o quanto ela é importante.

Ao convidar os alunos para estabelecer as regras da classe, o professor estará guiando as crianças para o caminho da autonomia. Não é preciso temer ao depositar essa responsabilidade aos alunos, mas o educador deve posicionar-se como líder, de forma que ajude as crianças na construção das regras e nas consequências de seu descumprimento.

Além disso, o adulto deve tomar cuidado para não outorgar regras enquanto professor, ainda que existam algumas que sejam necessárias, mas caso os alunos não as apresentem, preciso que o educador auxilie e os conduza a criarem, fazendo com que notem sua necessidade.

DeVries e Zan (1998, p.140-148) elencam dez itens que podem auxiliar o professor na construção das regras em sala de aula.

1. *Evite a palavra regra já de início*, sugira frases de incentivo antes mesmo dos alunos nomearem como “Regras da sala de aula”. Ex: Manual de como comportar-se em sala; Dicas de como conviver com as pessoas.



2. *Conduza as discussões sobre o estabelecimento de regras como uma resposta a uma necessidade ou problema específico*, ou seja, quando ocorrer uma situação problema em sala de aula, chame os alunos para discutirem e tentarem resolver o problema criando uma regra de maneira que o mesmo não volte a acontecer. Ex: Uma criança morde a outra e o educador deve convidar a turma a resolver este problema, incentivando a criar uma regra do tipo: “a boquinha é para comer e não para morder o amigo”.
3. *Saliente as razões para as regras*. Ao estabelecer uma regra, é preciso justificá-la para que as crianças percebam sua importância. Ex: Não bater nos amigos, pois machuca.
4. *Aceite as ideias, palavras e organizações das crianças*. Não tente alterar suas frases e nem organizá-las gramaticalmente corretas, coloquem-as no papel com as mesmas palavras e organização, as crianças podem sugerir as mesmas regras para meninos e meninas, isso poderia gerar uma única regras para ambos os sexos, mas o professor deve manter duas regras, ainda que iguais. Ex: Não chamar os meninos de feios. Não chamar as meninas de feias.
5. *Guie as crianças para regras sem “nãos”*, procure evitar a negação e estabelecer regras que podem ser executadas, uma regra que pede para que as crianças não falem ao mesmo tempo pode ser escrita de maneira positiva. Ex: Levantar as mãos para fala, assim a professora poderá ouvir todas as crianças.
6. *Não dite as regras para as crianças*, procure demonstrar a importância de algo que elas se esqueceram de criar, mas não deposite uma regra sobre elas.
7. *Cultive a atividade de que as regras podem ser mudadas*. Conforme o decorrer do tempo algumas crianças percebem o quanto certas regras não são possíveis de seguir, assim elas podem voltar ao manual de regras e alterar de modo que todos consigam cumprir.
8. *Quando as crianças sugerem regras inaceitáveis, responda com persuasão e explicação*. Às vezes as crianças criam regras que nem elas conseguem cumprir, como no caso apresentado no livro “A ética na educação infantil”, em que as crianças decidiram que as estruturas de blocos ficariam montadas por cinco dias, ainda que a professora soubesse o quanto seria impossível o cumprimento desta regra, pois por cinco dias não seria possível brincar com os blocos, ainda assim ela permitiu que as crianças vissem por si mesmas que a regra era ineficaz.
9. *Desenvolva um procedimento pelo qual todos possam concordar com as regras*. Procure envolver toda a classe, quando uma criança sugere uma regra questione o restante da classe se concordam ou sugerem algo, equilibrando todas as opiniões.
10. *Saliente que os professores também devem seguir as regras*. Enquanto educador siga as regras também, para que as crianças percebam que aquelas regras valem para todas as pessoas que fazem parte da classe, assim todos devem cumprir as regras estabelecidas.

Aliado a esses tópicos essenciais para o estabelecimento de regras, esse trabalho deve prosseguir durante todo o ano, sendo fundamental relembrar às crianças das regras,

principalmente na fase pré-escolar. Essas recordações podem ocorrer em rodas de conversas ou quando ocorre uma situação em que alguém as descumpra. As regras são bastante importantes, pois demonstram às crianças que a autoridade moral da classe está nas mãos delas próprias e não do adulto.

Destarte, “quando se sentem donas das regras, as crianças recorrem a elas quando elas são necessárias ou quando outros não as obedecem” (DEVRIES; ZAN, 1998, p. 150). Desse modo, ocorre naturalmente o reconhecimento das regras, as crianças querem cumpri-las, porque elas mesmas a criaram.

É importante lembrar que novas regras podem ser criadas conforme haja necessidade. Assim como a criação das regras deve ser papel das crianças com a intermediação do professor, a decisão de temas e atividades a serem trabalhados também pode ser realizada pelas crianças; entretanto, caso o educador não consiga lidar com essa situação, ele não deve abrir esse espaço, pois uma vez aberto, fica difícil fechá-lo.

As crianças também são capazes de muitas decisões em grupo sobre atividades em sala de aula. Ocasionalmente, elas podem ser envolvidas no arranjo da classe, na definição de lugar dos materiais e na escolha de atividades na classe (DEVRIES; ZAN, 1998, p.152).

Com isso, temos que “o papel do professor é selecionar temas para a discussão das crianças, orientar o estabelecimento de regras e a tomada de decisões, registrar e expor as regras e colocá-las em prática, com o auxílio das crianças” (DEVRIES; ZAN, 1998, p.156).

Como o nosso objetivo é formar indivíduos com capacidade de pensar por si mesmos, é preciso ensinar as crianças a obedecer às regras e não aos adultos. Para que a regra seja aceita e vivenciada pelo indivíduo, é necessário que seja justificada por seus princípios, de modo a ter origem em certo valor. A seguir, temos um quadro elaborado, a partir dos estudos de Jean Piaget, por Caetano (2011), no qual temos uma visão do que afirmamos anteriormente.

<b>REGRA</b>	<b>PRINCÍPIO</b>	<b>VALOR</b>
<b>O que se deve e o que não se deve fazer</b>	<b>O porquê da regra</b>	<b>O que a regra ensina: virtude</b>
Escovar os dentes	Para não ter cáries	SAÚDE
Chamar as pessoas pelo nome ou forma que gostam de ser chamadas	Para não aborrecê-las nem humilhá-las com apelidos pejorativos	RESPEITO
Fazer a lição de casa	Para entender e fixar o que foi aprendido na escola	RESPONSABILIDADE

Guardar os brinquedos	Para que não se percam nem estraguem e para manter a ordem da casa	ZELO/ORGANIZAÇÃO
Voltar para casa até a meia-noite	Para cumprir acordo preestabelecido junto com os pais	CONFIANÇA RECÍPROCA
Não pegar roupas sem pedir	Porque todo empréstimo precisa ser consentido pelo dono do objeto	RESPEITO À PROPRIEDADE ALEHIA
Não pegar caronas com amigos que dirigem alcoolizados ou sem ter carteira de motorista	Para não se meter em encrenca ou acidentes	SAÚDE AUTOPRESERVAÇÃO

Com o auxílio do quadro acima, podemos perceber a importância do adulto propor boas regras e justificá-las, pois assim a criança avalia e testa a regra e não o adulto. Quando propomos regras “sem pé nem cabeça”, ou seja, sem um fundamento e uma justificativa lógica para a existência de determinado combinado, deixamos de contribuir no desenvolvimento da moral autônoma das crianças, porque a coerência do educador reflete na tomada de consciência do educando.

Devido a isso, é fundamental que o educador apresente para as crianças o que pode e o que não pode ser feito, sempre justificando esse poder e não poder. É preciso que esse trabalho seja realizado repetidamente, pois a criança não irá se apropriar de determinada regra e seu valor se for apresentada a ela uma única vez. Por esse fator também é necessário existir uma coerência entre a proposição de regras e seu cumprimento, ou seja, é de suma importância que a regra seja justificada por sua lógica, sendo sempre lembrada e também cumprida tanto pela criança quanto pelo adulto.

#### **4 Metodologia**

Para que os objetivos acima apontados fossem atingidos, este trabalho de conclusão de curso foi composto por pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica implicou a revisão da literatura sobre o tema, utilizando a abordagem teórica piagetiana.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de observação da docência de professores de crianças de 3 a 4 anos. Os participantes foram convidados a permitir a observação para esta pesquisa, e, portanto, o critério para a escolha dos participantes foi aleatório e dependente de assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido pela escola e docentes que se dispuseram a participar do presente estudo.

Os participantes terão resguardada sua identidade e foram observados, analisados e caracterizados conforme um instrumento de pesquisa de observação de ambiente sociomoral.

Este estudo foi realizado em uma única sala de aula de Educação Infantil, com crianças que permanecem na escola em período integral. Portanto, as crianças convivem em um período com uma professora e em outro com outra professora. Participaram deste estudo 18 crianças com faixa etária de 2 a 3 anos e 6 meses e duas professoras.

Com relação ao ambiente escolar em que realizamos a pesquisa de campo, este cumpriu-se na sala de aula de uma escola de Educação Infantil pública, em Maringá, PR, através de observação sistematizada durante uma semana e da utilização de um instrumento de pesquisa que orientou as observações.

O instrumento se configura em uma ficha de observação (Anexo1). Para cada item da ficha atribuímos respostas objetivas entre sim, não e às vezes, de propostas mais coercitivas a propostas de maior cooperação. O resultado da soma desses pontos caracteriza o tipo de ambiente de acordo com o quadro a seguir.

<b>ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO AOS TIPOS DE AMBIENTES SOCIOMORAIS</b>	
0 a 24	Ambiente coercitivo
25 a 48	Ambiente propenso à cooperação
49 a 72	Ambiente cooperativo

Entendemos que os itens que representam características de ambiente que favorecem a heteronomia (mais coercitivos) deveriam obter nota 1, e itens que representam características que favorecem ao desenvolvimento da autonomia (mais cooperativos) teriam nota 3 como resposta; por fim, respostas que não se encaixassem em nenhum dos itens anteriores obteriam nota 2, pois nesse caso entenderíamos que se tem um ambiente propenso à cooperação, mas que ainda não é totalmente cooperativo.

Com relação à análise dos dados, realizamos uma classificação das respostas segundo as regularidades, de modo a elencarmos categorias justificadas na revisão teórica, fundamentadas especialmente nas categorias de Caetano (2008) e Menin (1996).

Destacamos que esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo denominado “Estado da arte da relação escola e família: as concepções de pais, responsáveis e professores” (CAEE 01924612.5.0000.0104); sendo assim, a pesquisa foi avaliada e autorizada previamente pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Estadual de Maringá.

Deste modo, as professoras e a escola assinaram o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando que este trabalho fosse publicado para fins científicos, salvaguardado o voluntariado na participação, bem como o direito ao sigilo e à interrupção ou desistência da participação na pesquisa.

## **5 Análise dos Resultados**

### **5.1 Análise do contexto escolar no que se refere às regras**

Ao observarmos a sala de aula, foi possível notar que alguns combinados já haviam sido estabelecidos antes, e tal fato é considerado normal, uma vez que realizamos as observações em um período distante do início do ano letivo, momento em que se constroem os combinados na sala de aula.

Com relação à maneira como essas regras foram colocadas e são praticadas pelas crianças e professores que vivenciam aquele ambiente, foi possível observar que as regras são fundamentadas em motivos reais e necessidade de sua existência. Nesse contexto, conforme a teoria do desenvolvimento moral da criança apresentada neste trabalho, quando a regra tem uma fundamentação lógica reconhecida pelo indivíduo existe uma necessidade de se respeitá-la e vivenciá-la.

Uma ação que demonstra a presença das regras necessárias pôde ser observada quando os alunos chegavam à sala e tiravam de suas bolsas as agendas e levavam as mochilas até os cabides com seus nomes; depois disso, logo se enturmavam em alguma brincadeira com as outras crianças e brinquedos que a professora havia disponibilizado. Percebemos aqui a necessidade das crianças saberem se organizar sozinhas e manterem a organização da sala de aula.

Outro momento que demonstra a contribuição favorável ao desenvolvimento autônomo daqueles alunos foi verificado na dinâmica do refeitório. A professora tinha por hábito formar uma fila para irem ao refeitório tomar o lanche da manhã. Assim, logo que chegam as crianças se organizam, sem o comando da professora, sentando-se em grupos de quatro. Provavelmente, em outro momento a professora permitiu que as crianças fizessem a escolha dos lugares; essa atitude demonstra que a professora dessa sala de aula contribui para o desenvolvimento da autonomia nessas crianças, permitindo que elas tomem decisões por si próprias, como a escolha do lugar. Ainda contribuindo positivamente no desenvolvimento moral dessas crianças, a professora coloca um prato com algumas bolachas no centro de cada

mesa, de modo que as crianças escolham quais elas querem, mas antes disso, orienta-as para que peguem uma de cada vez, e caso acabem os biscoitos, ela os repõe.

Notamos que a professora entendia a necessidade de estimular aquelas crianças no sentido de promovê-las de estágio, conseguindo desenvolver os aspectos motores, noções de espaço e quantidade. De Vries (1998, p.251) qualifica como essencial que os adultos permitam que as crianças tomem algumas decisões sozinhas; deste modo, elas passam a ter controle de suas vontades e necessidades, construindo assim seus próprios limites.

Ainda que o ambiente apresentou-se bastante cooperativo ao desenvolvimento da autonomia daquelas crianças e que os alunos participassem da construção de algumas regras, existiam alguns combinados estabelecidos pela professora. No entanto, se considerarmos a idade das crianças que foram observadas e comparar com aquilo que Piaget (1996) traz em sua teoria, é compreensível a necessidade de ter regras prontas, com fundamentos lógicos e necessários para a existência daquela regra, uma vez que as crianças ainda não são capazes de perceber todas as regras que são necessárias para uma boa convivência em grupo.

Essa mesma turma permanece o período integral na escola, porém no período da manhã com uma educadora e no período vespertino com outra. Os relatos até aqui contados se referem ao período da manhã, os que seguem se referem ao período da tarde.

Houve uma situação em que enquanto as crianças estavam fazendo a higienização para ir ao primeiro lanche da tarde, as crianças acabaram indo todas ao mesmo tempo e ao retornarem não formaram fila. Por mais que a educadora falasse que era necessário formar uma fila para organização, as crianças estavam bastante agitadas e não conseguiram se organizar. Ao chegarem ao refeitório, as crianças escolheram seus lugares sozinhas, mas a professora acabou trocando duas ou três crianças que estavam discutindo. Nesse momento, a professora dirigiu-se à observadora e relatou que estava agindo daquela maneira a fim de evitar um conflito maior.

Podemos perceber que a educadora inicialmente permitiu que as crianças se organizassem e demonstrou a importância disso a elas, mas como não obteve resultados positivos, ao chegar no refeitório organizou as crianças da maneira que lhe convinha, com receio de um possível problema que poderia ocorrer.

Foi possível constatar que a regra existe, entretanto ela não é vivenciada e respeitada pelos sujeitos daquele ambiente. Esse aspecto impede que aqueles indivíduos desenvolvam sua autonomia, pois como afirma De Vries e Zan (1998), o professor deve vivenciar e respeitar as regras, ou seja, quando o educador descumpra com um combinado de cuja

decisão ele participou, ele acaba demonstrando que não é necessário respeitar aquela regra, porque ela deixa de ter fundamento.

Essa educadora lida com as crianças de um modo bastante próximo daquele utilizado pela professora do período da manhã. Entretanto, pelo fato de essa professora não demonstrar ter um planejamento para as aulas e parecer decidir as atividades conforme surge oportunidade, notamos que as crianças ficam mais agitadas e eufóricas, parecendo, em alguns momentos, um pouco desnorteadas no que fazer, e devido a isso, acabavam correndo e gritando dentro de sala, atitudes que eram barradas pela professora da manhã, pois dentro de sala não há espaço suficiente para correr, e gritar pode atrapalhar as outras salas de aula.

Entre outras situações que ocorreram, percebemos que a educadora tentava trabalhar com regras e limites, mas não insistia muito, acabava coordenando e conduzindo as crianças da maneira que achava mais conveniente. Foi possível notar também a existência de uma falta de compromisso em relação à alfabetização.

Além dos aspectos e atitudes relacionados ao trabalho com regras em sala de aula, durante as observações percebemos que as educadoras tinham condutas favoráveis ao desenvolvimento da moral autônoma daquelas crianças que iam além dos combinados. Algumas brincadeiras e atividades também podem conduzir os alunos para a autonomia.

Observamos uma dinâmica em que a professora iniciou com uma brincadeira de roda e no fim sentaram-se em círculo. Assim, ela conseguiu centralizar a atenção das crianças por meio de uma brincadeira e organizá-las para realizar a chamada de um modo bem interativo, com crachás coloridos e com figuras ilustrativas para cada criança. Nesse momento, a professora mostrava o crachá e questionava os alunos quanto à cor e ao que estava ilustrado, as crianças diziam, mas a maioria ainda não reconhecia o nome, eram duas ou três crianças apenas que conseguiam decifrar o que estava escrito, entretanto, a fim de ajudar a maioria, a professora dizia a primeira letra do nome, com isso, mais crianças arriscavam-se a dizer o nome que estava escrito.

Depois que cada criança estava com o seu crachá, a professora pediu para que elas mostrassem ao amigo do lado seu crachá. Achemos bastante interessante esse momento, pois as crianças ficaram bastante animadas, elas mostravam a cor de seu crachá, o desenho e o nome, passavam o dedo sobre as letras e falavam o nome como se estivessem lendo ao amigo.

Essa intervenção, ainda favorável ao desenvolvimento da moral autônoma nas crianças, demonstra que a educadora da sala procura incentivar as crianças a participar das atividades em grupo, além de estimular a autoestima dos alunos, julgando-os capazes de

realizar todas as atividades propostas sem criar traumas. Ainda nessa atividade, destacamos características de uma sala cooperativa, na qual existe uma motivação por parte da professora para que as crianças pensem juntas umas com as outras. Por fim, nessa prática pedagógica, a professora buscou, além de contribuir nos aspectos já citados, envolver as crianças em um ambiente letrado, iniciando o processo de alfabetização e letramento.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho, objetivamos verificar o que sabiam os educadores de Educação Infantil sobre o trabalho com regras em sala de aula a fim de contribuírem para o desenvolvimento da moral autônoma de seus alunos. Com a pesquisa terminada e feitas as análises das observações realizadas, unindo teoria e prática, foi possível constatar que existe uma carência do conhecimento e apropriação dessa teoria nos campos da educação.

No ambiente em que efetuamos a pesquisa, verificamos que a sala não tem um manual de regras e combinados, ou seja, parece que por mais que a professora crie uma regra em determinadas situações, isto não é concretizado. A sistematização da regra, por meio de manuais, lembretes ou cartazes colados nas paredes da sala, ajuda as crianças a estar sempre recordando das regras combinadas.

O fato de as crianças terem duas educadoras diferentes e que trabalham de modo diferente, ainda que tentem seguir as mesmas ideias, faz com que as crianças reajam diferentemente em um único dia, e isso ocorre devido à intervenção de uma das professoras. Esse fato comprova aquilo que vimos na teoria revisada nas sessões anteriores desta pesquisa, a qual demonstra a importância do adulto fazer uma boa intervenção no sentido do desenvolvimento moral das crianças.

Podemos inferir, ainda, que as professoras agem intuitivamente em relação à construção de regras. Durante o período de observação, comentamos com ambas as educadoras sobre a teoria de Piaget (1996) que norteou este projeto de pesquisa, e estas revelaram que não sabiam que existia um estudo sobre esse aspecto.

Nesse sentido, podemos afirmar que os educadores pouco sabem a respeito do trabalho com regras na Educação Infantil como intervenção adequada para favorecer o desenvolvimento moral da criança. Ainda que, como já assinalamos nos parágrafos acima, os professores observados buscaram desenvolver a autonomia nas crianças por meio de atividades e ambiente favoráveis a esse desempenho.



Tendo por base a revisão da teoria de Piaget (1996) realizada neste artigo, acreditamos que os profissionais da educação deveriam receber formação adequada e ter acesso ao conhecimento dos estudos de Piaget, uma vez que alguns dos problemas comportamentais das crianças poderiam ser reduzidos com a intervenção do educador no sentido de promover a construção da autonomia do indivíduo e do respeito mútuo, sendo um recíproco ao outro. Podemos justificar a necessidade dessa formação nos relatos comportamentais de educadores em mídias e em outros meio de informação sobre o aumento do desrespeito dentro de sala de aula do aluno com o professor.

Ao trabalhar com regras em sala de aula, é preciso lembrar das propostas que DeVries e Zan (1998) sobre a construção de regras em sala de aula, assim como a necessidade de elaborar uma regra pautada em um princípio e um valor, como Caetano (2011) sugere.

O trabalho com regras em sala de aula não é uma tarefa fácil a ser cumprida, ela demanda tempo e organização do educador, assim como postura de líder sem ser autoritário. Porém é um exercício diário, que inicialmente pode provocar um desequilíbrio entre a classe, mas tem por intuito contribuir no desenvolvimento da autonomia da criança, construindo assim um indivíduo capaz de pensar e refletir sobre seus próprios atos.

## Referências

CAETANO, L. M. *O conceito de obediência na relação pais e filhos*. São Paulo: Editoras Paulinas, 2008.

CAETANO, L. M. *É possível educar sem palmadas?* São Paulo: Editoras Paulinas, 2011.

DE VRIES, R. ZAN, B. *A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LUKJANENKO, M. F. S. P. *Um estudo sobre a relação entre o julgamento moral do professor e o ambiente escolar por ele proporcionado*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP, Faculdade de Educação, Unicamp, 1995.

MENIN, M. S. S. Desenvolvimento Moral. In: MACEDO, L. (org.). *Cinco estudos de educação moral*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996, p. 37-105.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1996.

